
XVII ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA JURÍDICA

**NEOLIBERALISMO E CONSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS
IMPLICAÇÕES DO SISTEMA ECONÔMICO NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS
SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Augusto Sandino Fernandes Teixeira

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: sanndinofernandes@gmail.com

Maria Rogelânia Bezerra de Lima Barreto

Discente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: rogelaniabezerra20@gmail.com

Pedro Rafael Malveira Deocleciano

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: pedrorafal@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo as relações entre direito e economia, mais precisamente a relação Constituição de 1988 e Neoliberalismo, tendo como enfoque a não efetivação e desestruturação de direitos sociais pelas políticas econômicas no Brasil. Nesta perspectiva, o trabalho objetiva analisar de que maneira no período desde o da promulgação da Constituição até os dias atuais se deram as relações entre direitos sociais e políticas neoliberais. Destarte, a pesquisa tem a pretensão de demonstrar como o poder estatal acabou privilegiando políticas pró mercado ao invés de opções que melhorassem a efetivação dos direitos sociais, o que contribuiu para a grave crise democrática, pois as decisões políticas pró mercado acabaram desfigurando, desidratando os direitos sociais. Nesta direção, o trabalho tem a finalidade de refletir como as constantes reformas a favor do mercado tem desidratado a Constituição brasileira, e afastado está de seus objetivos fundamentais. E por fim, a pesquisa visa instigar uma discussão sobre a importância da efetivação das políticas públicas direcionadas a concretização dos direitos sociais, tendo como base uma exegese de documentos como CRFB/88. Neste contexto, o presente trabalho tem como metodologia a pesquisa qualitativa, com objetivo descritivo e o estudo bibliográfico e documental. Os materiais utilizados para a construção da presente pesquisa são livros, artigos, dados estatísticos e documentos jurídicos. Sendo utilizados como principais referências autores como Bonavides (2004), Pilatti (2008), Faria (1989), Grau (2010) para compreender as escolhas políticas da Constituinte de 1987-1988 e as contradições para sua concretização relacionadas ao sistema econômico vigente. Dessa forma, a partir da constituição do trabalho obteve resultados acerca do tema, sendo notável que durante o período pós promulgação da Constituição de 1988 ocorreram uma série de reformas realizadas pelo poder constituinte derivado que acabaram por reduzir, ou dificultar a efetivação dos direitos sociais, tais como a Reforma trabalhista, a Reforma da Previdência, a EC 95/16 (EC do teto dos gastos), sendo observada que as principais vítimas dessas políticas positivadas seja na Constituição, seja nas leis infraconstitucionais, são os trabalhadores e os grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Além disso, também foi constatado, que as referidas medidas econômicas transformadas em lei desempenham papel determinante para a atual crise brasileira, visto que antes mesmo de terem se efetivados os direitos sociais, essas medidas tem lhes desfigurados, reduzindo a capacidade de suas efetivações e com isso reduzindo a qualidade de vida da maior parte da população brasileira, que necessita da prestação dos serviços estatais para estudar, trabalhar, ir ao médico, ter segurança, moradia, cultura, etc. Dessa forma, a partir da pesquisa desenvolvida se verifica a importância e necessidade de produções científicas que contemplem o tema das relações entre Constituição e a ordem econômica. Ademais, é indispensável o incentivo às discussões no ordenamento jurídico acerca do problema da não

efetivação de direitos, a partir desses debates, reflexões, se mostra indiscutível traçar medidas para garantir o efetivo alcance dos direitos sociais para todos os brasileiros.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988. Neoliberalismo. Direitos Sociais. Crise. Inefetividade.

REFERÊNCIAS

- BELO, E.; BERCOVICI, G.; LIMA, M. M.'A. B. O Fim das Ilusões Constitucionais de 1988? **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p. 1769-1811, 2019.
- BERCOVICI, G. CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 102, jan/dez, p. 457- 467, 2007.
- BERCOVICI, G.; MASSONETTO, L. F. A constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Económica. **BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS XLIX**, p. 57-77, 2006.
- BONAVIDES, P. **DO PAÍS CONSTITUCIONAL AO PAÍS NEOCOLONIAL. A derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2004.
- FARIA, J. E. **O BRASIL PÓS-CONSTITUINTE**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GRAU, E. R. **A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988**. 14. ed, revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2010.
- MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Rev. Investig. Const**, v. 4, n. 1, jan./abr. 2017.
- PILATTI, A. **A CONSTITUINTE DE 1987-1988. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.